

GUILHERME
MADEIRA DEZEM

CURSO DE
PROCESSO
PENAL

4ª edição revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS
REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

Diretora de Operações de Conteúdo
JULIANA MAYUMI ONO

Editorial: Andréia Regina Schneider Nunes, Cristiane Gonzalez Basile de Faria, Diego Garcia Mendonça, Luciana Felix, Marcella Pâmela da Costa Silva e Thiago César Gonçalves de Souza

Assistente Editorial: Francisca Sena

Produção Editorial
Coordenação
IVIE A. M. LOUREIRO GOMES

Líder Técnica de Qualidade Editorial: Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Moura

Analistas de Operações Editoriais: André Furtado de Oliveira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Felipe Augusto da Costa Souza, Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos, Maria Eduarda Silva Rocha, Mayara Mocioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra, Rafaella Araujo Akiyama e Thais Rodrigues Sampaio

Analistas de Qualidade Editorial: Carina Xavier, Claudia Helena Carvalho, Daniela Medeiros Gonçalves Melo e Maria Cecília Andreo

Estagiários: Angélica Andrade, Miriam da Costa e Sthefany Moreira Barros

Capa: Chrisley Figueiredo

Adaptação da capa: Brenno Stolagii Teixeira

Controle de qualidade da diagramação: Carla Lemos

Equipe de Conteúdo Digital
Coordenação
MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Ana Paula Cavalcanti, Jonatan Souza, Luciano Guimarães e Rafael Ribeiro

Administrativo e Produção Gráfica
Coordenação
MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Rafael da Costa Brito

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Dezem, Guilherme Madeira

Curso de processo penal / Guilherme Madeira Dezem ; coordenadores Darlan Barroso, Marco Antonio Araujo Junior. -- 4. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Mastersaf, 2018.

Bibliografia.

ISBN 978-85-532-1027-5

1. Processo penal 2. Processo penal - Brasil I. Barroso, Darlan. II. Araujo Junior, Marco Antonio. III. Título.

18-12359

CDU-343.1

Índices para catálogo sistemático: 1. Processo penal : Direito penal 343.1

Sumário

Apresentação da Coleção	9
Nota do Autor.....	11
Nota do autor à 2.ª Edição.....	15
Nota do autor à 3.ª Edição.....	17
Nota do autor à 4.ª Edição.....	19
Capítulo 1. Processo Penal: entre o garantismo e a eficiência	58
Capítulo 2. As fontes do processo penal, sua leitura normativa e a interpretação no processo penal.....	64
2.1. Noções gerais	65
2.2. Leitura Normativa (Constituição Federal, Tratados e Legislação extravagante) – o Controle de convencionalidade das leis	66
2.2.1. Constituição Federal, Tratados e o Código de Processo Penal.....	67
2.3. Fontes do Processo Penal	71
2.3.1. Fontes materiais do Direito Processual Penal	72
2.3.2. Fontes formais do Direito Processual Penal.....	73
2.4. Formas de interpretação e integração do sistema processual penal.....	75
2.4.1. Interpretação extensiva	76
2.4.2. Analogia e interpretação analógica.....	77
2.4.3. Princípios gerais do Direito	79
2.5. Controle de convencionalidade.....	79

Capítulo 3. Sistemas processuais penais	88
3.1. Sistema – noção e importância	89
3.2. Sistema inquisitivo	95
3.3. Sistema acusatório.....	97
3.4. Sistema misto.....	101
Capítulo 4. Princípios do processo penal	104
4.1. Princípios – noção e importância	105
4.2. Princípio da ampla defesa	106
4.2.1. Autodefesa.....	107
4.2.1.1. Autodefesa e acusado estrangeiro...	109
4.2.2. Defesa técnica	110
4.3. Princípio do acesso à justiça criminal.....	114
4.4. Princípio do contraditório	116
4.5. Princípio do devido processo legal	118
4.6. Princípio da dignidade da pessoa humana	121
4.7. Princípio do duplo grau de jurisdição (duplo grau de jurisdição voluntário, duplo grau de jurisdição mínimo ou princípio do controle hierárquico).....	124
4.8. Princípio da duração razoável do processo	126
4.8.1. Origem	126
4.8.2. Noção e critérios	127
4.9. Princípio da economia processual.....	128
4.10. Princípio da iniciativa das partes.....	129
4.11. Princípio do impulso oficial.....	130
4.12. Princípio da isonomia	131
4.13. Princípio do juiz natural (princípio do juiz legal, do juiz constitucional, da naturalidade do juiz)	132
4.14. Princípio da lealdade processual (princípio da probidade ou da boa-fé)	134
4.15. Princípio da motivação das decisões	135

4.16.	Princípio do <i>nemo tenetur se detegere</i> (vedação da produção de prova contra si próprio, princípio da não autoincriminação ou <i>nemo tenetur se ipsum accusare</i>)	138
Capítulo 5.	Eficácia da lei processual penal no tempo e no espaço..	140
5.1.	Sistemas de solução de conflito de leis processuais no tempo.....	141
5.2.	Exceções legais ao princípio do <i>tempus regit actum</i>	142
5.3.	Exceções admitidas pela doutrina e pela jurisprudência....	143
5.4.	Lei Processual Penal no Espaço	145
Capítulo 6.	Inquérito policial e outras formas de investigação preliminar	148
6.1.	Investigação preliminar: noção e formas.....	150
6.1.1.	Investigação Preliminar por Comissão Parlamentar de Inquérito	150
6.1.2.	A investigação pelo Ministério Público	152
6.1.3.	A investigação no Juizado Especial Criminal	157
6.1.4.	Inquérito Civil	158
6.1.5.	A investigação defensiva.....	158
6.2.	As várias polícias existentes no Brasil e suas funções	159
6.2.1.	Polícia Federal.....	160
6.2.2.	Demais polícias e Detetive Particular.....	162
6.3.	Inquérito policial.....	164
6.3.1.	Noção e natureza jurídica.....	164
6.3.2.	Características.....	165
6.3.2.1.	Procedimento escrito.....	165
6.3.2.2.	Procedimento sigiloso.....	165
6.3.2.3.	Procedimento indisponível.....	170
6.3.2.4.	Procedimento obrigatório	170
6.3.2.5.	Procedimento dispensável.....	170
6.3.2.6.	Caráter discricionário da investigação	171
6.3.2.7.	Caráter inquisitivo	171

6.3.2.8.	Caráter oficial.....	174
6.3.2.9.	Caráter oficioso.....	174
6.3.3.	Finalidade do Inquérito Policial.....	174
6.3.4.	A presidência do Inquérito Policial.....	175
6.3.5.	O valor probatório do inquérito.....	177
6.4.	Início do inquérito policial.....	179
6.4.1.	<i>Notitia criminis</i>	179
6.4.1.1.	<i>Delatio criminis</i> inqualificada e a instauração do inquérito policial.....	181
6.4.2.	Requerimento do ofendido ou de seu representante legal.....	183
6.4.3.	Requisição do Juiz ou do Ministério Público.....	183
6.4.4.	Diferença entre requisição e requerimento.....	185
6.4.5.	Auto de prisão em flagrante.....	185
6.4.6.	De ofício - Portaria.....	186
6.4.7.	Início do inquérito policial nos crimes de ação penal pública condicionada e ação penal de iniciativa privada.....	186
6.4.8.	O princípio da obrigatoriedade e a instauração do inquérito policial.....	187
6.5.	Desenvolvimento do inquérito policial.....	188
6.5.1.	Reprodução simulada dos fatos.....	188
6.5.2.	Prazo para a conclusão do inquérito.....	190
6.5.2.1.	Cômputo do período de prisão temporária.....	194
6.5.3.	Incomunicabilidade do indiciado preso.....	195
6.5.4.	Indiciamento.....	197
6.5.4.1.	Indiciamento e <i>Habeas Corpus</i>	198
6.5.4.2.	Condutas a serem tomadas com o indiciamento e as modalidades de indiciamento.....	199
6.5.5.	A identificação criminal.....	200
6.5.5.1.	Regras que regem o tema e abrangência dos atos.....	200
6.5.5.2.	Hipóteses de identificação criminal..	201

6.5.5.3.	Identificação criminal e o uso do material em outras investigações....	203
6.5.6.	Indiciado menor - nomeação de curador	205
6.5.7.	Irregularidades no inquérito e suas repercussões	205
6.5.8.	Requisição administrativa.....	206
6.5.9.	Meios de obtenção de prova e teoria do juízo aparente (o problema envolvendo as autoridades com prerrogativa de função)	207
6.5.10.	Meios de obtenção de prova: os artigos 13-A e 13-B do CPP e investigação digital em fontes abertas	210
6.6.	O encerramento do inquérito policial	216
6.6.1.	Encerramento do inquérito policial nos crimes de ação penal de iniciativa privada.....	217
6.6.2.	Encerramento nos casos envolvendo ação penal de iniciativa pública	217
6.6.3.	Arquivamento do inquérito policial	219
6.6.3.1.	Modalidades de arquivamento.....	223
6.6.3.2.	Recorribilidade do arquivamento ...	225
6.6.4.	Desarquivamento do inquérito policial	226
6.7.	Técnicas especiais de investigação e a investigação digital em fontes abertas	231
6.8.	A investigação: crises e transformações do modelo vigente	235
Capítulo 7.	Ação penal e Pressupostos Processuais	238
7.1.	Considerações iniciais.....	239
7.2.	Classificação da ação penal	240
7.3.	Teorias da ação: de onde viemos e para onde vamos.....	245
7.4.	Condições da ação penal e pressupostos processuais	247
7.4.1.	Noções gerais.....	247
7.4.2.	Legitimidade <i>ad causam</i>	250
7.4.3.	Interesse de agir	252
7.4.4.	Possibilidade jurídica do pedido	254

7.4.5.	Justa causa para a ação penal.....	255
7.4.6.	A teoria da "prospettazione", ou teoria da asserção ou teoria da afirmação.....	258
7.4.7.	Condições específicas da ação penal ou condições de procedibilidade, condições objetivas de punibilidade, escusas absolutórias e condições de prossequibilidade	259
7.4.8.	A originalidade como condição da ação	261
7.4.9.	Pressupostos processuais.....	261
7.5.	Ação penal de iniciativa pública incondicionada	264
7.5.1.	Noção e identificação.....	264
7.5.2.	Princípios	265
7.5.3.	Legitimidade ativa.....	270
7.5.4.	Veículo.....	270
7.6.	Ação penal pública condicionada	270
7.6.1.	Noção e identificação.....	270
7.6.2.	Princípios	271
7.6.3.	Legitimidade.....	271
7.6.4.	Veículo.....	271
7.6.5.	Representação	272
7.6.5.1.	Noção e natureza jurídica da representação.....	272
7.6.5.2.	Legitimado ativo	273
7.6.5.2.1.	Sucessão processual ...	274
7.6.5.3.	Destinatários da representação	276
7.6.5.4.	Prazo da representação	277
7.6.5.5.	Aspecto formal: a forma da representação	277
7.6.5.6.	Retratação da representação	278
7.6.5.7.	Não vinculação da representação...	279
7.6.6.	Requisição do Ministro da Justiça	280
7.6.7.	Consequências da falta de representação ou de requisição e o problema da desclassificação do crime.....	282

7.7.	Ação penal de iniciativa privada	284
7.7.1.	Noção, espécies e identificação	284
7.7.2.	Princípios	285
7.7.3.	Legitimidade ativa.....	287
7.7.3.1.	Sucessão processual.....	288
7.7.4.	Veículo.....	288
7.7.5.	Aspecto temporal – O prazo para o oferecimen- to da queixa-crime	289
7.7.6.	Ação Penal de Iniciativa Privada Personalíssima	291
7.7.7.	Ação Penal Privada Subsidiária da Pública	292
7.7.8.	Os óbices ilegítimos à propositura da ação pe- nal de iniciativa privada e a Defensoria Pública...	295
7.8.	Denúncia e queixa-crime	296
7.8.1.	Requisitos	296
7.8.1.1.	Imputação genérica e imputação geral, imputação implícita e impu- tação alternativa	298
7.8.1.2.	Requisito especial da queixa-crime	301
7.8.2.	Prazo para oferecimento da denúncia e da queixa-crime	303
7.8.3.	Aditamento da denúncia	304
7.8.4.	Aditamento da queixa-crime	305
7.9.	Extinção da punibilidade	307
7.10.	Ação penal em espécie.....	312
7.10.1.	Lei Maria da Penha e as ações penais a ela relativas	313
7.10.2.	Crimes contra a dignidade sexual	316
7.10.3.	Crimes contra a honra.....	319
Capítulo 8.	Ação civil.....	322
8.1.	Considerações gerais.....	323
8.2.	Sistemas existentes quanto à influência da ação penal na ação civil.....	323

8.3.	Dos efeitos da sentença penal condenatória transitada em julgado	327
8.4.	Efeitos civis da sentença penal absolutória e da sentença que declara extinta a punibilidade e outras questões	332
8.5.	Legitimidade do Ministério Público	338
Capítulo 9.	Competência	342
9.1.	Noções gerais e definição	343
9.2.	Classificação e espécies de competência	346
9.3.	Garantia do Juiz Natural.....	352
9.3.1.	Garantia do juiz natural e modificações posteriores da competência por lei	355
9.3.2.	Garantia do juiz natural e juiz sem rosto	356
9.3.3.	Garantia do juiz natural e mutirões do CNJ.....	357
9.3.4.	Garantia do juiz natural e convocação de juiz para atuar em tribunal	359
9.3.5.	Garantia do juiz natural e criação de vara especializada	360
9.3.6.	Garantia do juiz natural, suspeição e impedimento	361
9.4.	Princípio do <i>Kompetenz-Kompetenz</i>	361
9.5.	Os critérios de determinação de competência do Código de Processo Penal e os critérios de concretização da competência.....	362
9.6.	Competência Internacional.....	364
9.7.	Competência por prerrogativa de função (competência originária ou foro privilegiado).....	365
9.7.1.	Prerrogativa de função e competência em razão da matéria	373
9.7.2.	Prerrogativa de função e concurso de agentes....	374
9.7.3.	Renúncia de mandato e competência originária	378
9.8.	Competência Constitucional de Justiça Especializada	381

9.9.	Competência da Justiça Federal	389
9.9.1.	Generalidades.....	389
9.9.2.	Justiça Federal e contravenções penais – art. 109, inc. IV, da CF/1988	392
9.9.3.	Justiça Federal e Crime Político – art. 109, inc. IV, da CF/1988.....	393
9.9.4.	Justiça Federal e os Crimes Praticados contra a União – art. 109, inc. IV da CF/1988.....	394
9.9.5.	Justiça Federal e Crimes Transnacionais – art. 109, inc. V	399
9.9.6.	Incidente de deslocamento da competência – art. 109 – V – A e § 5.º do art. 109	403
9.9.7.	Crimes contra a organização do trabalho, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira – art. 109, VI.....	406
9.9.8.	<i>Habeas Corpus</i> e Mandado de Segurança em matéria criminal – art. 109, inc. VII e VIII.....	408
9.9.9.	Crimes cometidos a bordo de navio ou de aeronave – art. 109, inc. IX.....	410
9.9.10.	Crimes de Ingresso ou permanência irregular de estrangeiro – art. 109, X.....	412
9.9.11.	Crimes decorrentes de disputa sobre direitos indígenas – art. 109, XI.....	413
9.9.12.	Competência da Justiça Federal – Outros tópicos (atos infracionais, Jecrim Federal e execução penal).....	416
9.9.13.	A competência da Justiça Estadual	417
9.10.	Competência Territorial.....	418
9.10.1.	Competência territorial – regra geral do art. 70 do CPP.....	418
9.10.1.1.	Exceções à regra geral do art. 70....	420
9.10.2.	Foro Supletivo – A competência pelo domicílio ou residência do réu	422
9.10.3.	Alguns casos especiais de competência territorial segundo a jurisprudência	423
9.11.	Competência de Juízo – Natureza da Infração, Distribuição, Prevenção	425

9.12.	Causas de modificação da competência - conexão e continência	427
9.12.1.	Hipóteses de conexão	428
9.12.2.	Hipóteses de continência.....	430
9.12.3.	Consequências da conexão e da continência...	431
9.12.4.	Foro prevalente	434
9.12.5.	Prorrogação de competência	436
Capítulo 10.	Das questões e processos incidentes	438
10.1.	Noções gerais	439
10.2.	Questões prejudiciais	441
10.2.1.	Definição, distinção com preliminares, características e natureza jurídica.....	441
10.2.2.	Classificações.....	443
10.2.2.1.	Questões prejudiciais homogêneas e heterogêneas	444
10.2.2.2.	Questões prejudiciais não devolutivas e devolutivas.....	445
10.2.2.3.	Questões prejudiciais obrigatórias e facultativas.....	446
10.2.3.	Sistemas de solução da questão prejudicial.....	446
10.2.4.	Questão prejudicial obrigatória.....	447
10.2.5.	Questão prejudicial facultativa.....	450
10.3.	Exceções.....	453
10.3.1.	Generalidades.....	453
10.3.2.	Exceção de Suspeição, impedimento ou incompatibilidade.....	456
10.3.2.1.	Generalidades	456
10.3.2.2.	Hipóteses de cabimento	457
10.3.2.3.	Legitimados ativos	458
10.3.2.4.	Procedimento.....	459
10.3.2.5.	Recurso.....	463
10.3.2.6.	Suspeição do membro do Ministério Público, serventuários da justiça, jurados e autoridade policial	463

10.3.3.	Exceção de incompetência de juízo.....	465
10.3.3.1.	Generalidades	465
10.3.3.2.	Legitimados para opor a exceção .	466
10.3.3.3.	Procedimento da exceção	468
10.3.4.	Demais exceções: ilegitimidade de parte, litispendência e coisa julgada	469
10.3.5.	Restituição de coisas apreendidas.....	470
10.3.5.1.	Generalidades	470
10.3.5.2.	Requisitos.....	471
10.3.5.3.	Autoridades que podem decidir sobre a restituição, procedimento e meios de impugnação	472
10.3.6.	Incidente de falsidade	473
10.3.6.1.	Generalidades	473
10.3.6.2.	Procedimento.....	475
10.3.7.	Incidente de insanidade mental do acusado....	476
10.3.7.1.	Generalidades: legitimados e cabimento	476
10.3.7.2.	Procedimento.....	478
10.3.7.3.	Inimputabilidade e processo penal..	479
10.4.	Medidas assecuratórias (medidas cautelares reais)	481
10.4.1.	Considerações gerais	481
10.4.2.	Sequestro	484
10.4.2.1.	Bens e finalidade	484
10.4.2.2.	Requisitos do sequestro, momento e legitimidade	486
10.4.2.3.	Levantamento	488
10.4.2.4.	Defesa.....	490
10.4.2.5.	O sequestro na hipótese de Crime Contra a Fazenda Pública - Dec.-lei 3.240/1941	492
10.4.3.	Especialização de Hipoteca Legal	494
10.4.3.1.	Bens, finalidade e momento	494
10.4.3.2.	Requisitos e procedimento.....	495
10.4.3.3.	Cancelamento e defesa	497

10.4.4.	Arresto	497
10.4.4.1.	Bens, finalidade e requisitos	497
10.4.4.2.	Revogação, Levantamento e defesa	498
10.4.5.	Quadro-resumo	499
Capítulo 11. Provas no processo penal.....		500
11.1.	Prova: importância e acepções do vocábulo	503
11.2.	Meios de prova, meios de pesquisa, elementos de prova, fontes de prova, objeto da prova e procedimento probatório: noções	506
11.2.1.	Procedimento probatório e direito à prova	511
11.2.1.1.	Procedimento probatório: o direito à prova no quadro do contraditório ou as almas do contraditório	512
11.2.1.2.	Prova e contraditório: contraditório sobre a prova e contraditório para a prova	513
11.3.	Princípios aplicáveis à prova.....	514
11.3.1.	Princípio da autorresponsabilidade das partes ...	514
11.3.2.	Princípio da aquisição ou comunhão de prova ..	514
11.3.3.	Princípio da oralidade	515
11.3.4.	Princípio da verdade real	516
11.3.5.	Princípio da liberdade probatória.....	518
11.3.6.	Princípio do nemo tenetur se detegere (vedação da produção de prova contra si próprio, princípio da não autoincriminação ou nemo tenetur se ipsum accusare)	519
11.3.7.	Princípio da presunção de inocência	522
11.3.8.	Princípio da audiência contraditória.....	525
11.4.	Ônus da prova	526
11.5.	Poderes instrutórios do juiz.....	528
11.5.1.	Princípio da proporcionalidade	530
11.5.1.1.	Proporcionalidade, poderes instrutórios do juiz e o STF	531

11.6.	Prova emprestada.....	531
11.6.1.	A prova emprestada e seu valor probatório	534
11.6.2.	Prova emprestada e crimes da competência do júri	535
11.7.	Natureza das normas jurídicas sobre prova: superação da dualidade entre normas materiais e normas processuais	536
11.8.	Sistemas de apreciação das provas	539
11.8.1.	Sistema da íntima convicção (certeza moral do juiz)	540
11.8.2.	Sistema da prova legal (regras legais, certeza moral do legislador, prova tarifada).....	541
11.8.3.	Sistema da livre convicção (persuasão racional, livre convencimento motivado)	542
11.9.	Limites ao direito à prova.....	544
11.10.	Prova ilícita	545
11.10.1.	Prova ilícita – Sistema pré-2008	546
11.10.1.1.	Prova ilícita e prova ilegítima – consequências no sistema pré-2008	548
11.10.2.	Prova ilícita – noção e efeitos no sistema pós-2008	549
11.10.2.1.	O juiz contaminado.....	551
11.10.3.	Hipóteses de admissibilidade da prova ilícita.....	553
11.10.3.1.	Exceção de boa-fé	553
11.10.3.2.	Exceção de impugnação.....	554
11.10.3.3.	Exceção de erro inócuo.....	554
11.10.3.4.	Limitações quanto à legitimidade para requerer a exclusão da prova	555
11.10.3.5.	Princípio da proporcionalidade.....	555
11.10.3.6.	Prova ilícita <i>pro reo</i>	558
11.10.3.7.	Teoria da visão ampla – <i>plain view doctrine</i>	560
11.10.3.8.	Teoria dos campos abertos e das buscas particulares – <i>Open fields doctrine</i> e <i>Private Searches Doctrine</i>	562

11.11. Prova ilícita por derivação – A teoria dos frutos da árvore envenenada.....	564
11.11.1. Teoria da fonte independente.....	566
11.11.2. Exceção da descoberta inevitável (teoria da fonte hipotética independente).....	568
11.11.3. Teoria do nexo causal atenuado (teoria da contaminação expurgada ou conexão atenuada ou vício diluído)	571
11.12. Prova típica e atípica: noção	573
11.13. Provas típicas e atípicas: distinção com conceitos afins (prova anômala, prova irritual e prova nominada).....	580
11.14. Do exame do corpo de delito e das perícias em geral – Arts. 158 a 184 do CPP	585
11.14.1. Noções gerais.....	585
11.14.2. Terminologia	586
11.14.3. Obrigatoriedade do exame de corpo de delito....	587
11.14.4. Modalidades de exame de corpo de delito.....	589
11.14.5. Peritos – Generalidades	592
11.14.5.1. Classificação dos peritos	593
11.14.5.2. A exigência da realização do exame por um perito – Análise histórica e atual.....	593
11.14.5.3. Ausência de peritos oficiais	594
11.14.6. Momento da realização da perícia, oferecimento da denúncia sem exame de corpo de delito, nomeação de peritos	595
11.14.7. Indicação de assistentes técnicos.....	596
11.14.8. Realização da perícia.....	600
11.14.9. Sistemas de apreciação do laudo pericial: vinculatório ou liberatório	602
11.14.10. Autópsia.....	603
11.14.11. Exumação.....	603
11.14.12. Exame de local de crime.....	604
11.14.13. Exame de delito e lesões corporais	604
11.14.14. Exames laboratoriais	605

11.14.15. Exames nos crimes cometidos com destruição/ rompimento de obstáculo ou escalada	605
11.14.16. Laudo de avaliação	605
11.14.17. Exame de local de incêndio	606
11.14.18. Exame grafotécnico	606
11.14.19. Exame dos instrumentos do crime	607
11.14.20. Perícias não previstas em lei.....	607
11.14.21. Cadeia de custódia.....	610
11.15. Interrogatório	612
11.15.1. Noção e natureza jurídica.....	612
11.15.2. Obrigatoriedade do interrogatório e direito ao silêncio	614
11.15.3. Condução coercitiva em caso de ausência do réu	615
11.15.4. Interrogatório da pessoa jurídica.....	617
11.15.5. Local do interrogatório.....	617
11.15.6. Características do interrogatório.....	620
11.15.7. O procedimento do interrogatório e seu con- teúdo.....	621
11.15.7.1. O momento do interrogatório na audiência.....	621
11.15.7.2. Providências preparatórias	624
11.15.7.3. O ato do interrogatório.....	624
11.15.7.4. Qualificação e advertência prévia do interrogatório	625
11.15.7.5. Início do interrogatório e suas mo- dalidades	626
11.15.7.6. Modalidades especiais de interro- gatório	629
11.15.8. Renovação do interrogatório	630
11.16. Confissão	631
11.16.1. Noção, natureza jurídica e fonte.....	631
11.16.2. Espécies de confissão.....	631
11.16.3. Requisitos da confissão.....	632

11.16.4.	Características da confissão	633
11.16.5.	Valor da confissão.....	633
11.17.	Ofendido.....	634
11.17.1.	Noção e natureza jurídica.....	634
11.17.2.	Procedimento e contraditório.....	635
11.17.2.1.	O ofendido e o falso testemunho	636
11.17.3.	Diferenças entre testemunha e vítima	636
11.17.4.	Valor probatório das declarações do ofendido...	636
11.17.5.	Obrigatoriedade ou facultatividade na oitiva do ofendido.....	637
11.18.	Prova Testemunhal.....	643
11.18.1.	Noções gerais.....	643
11.18.2.	Natureza jurídica, legitimados, valor	645
11.18.3.	Classificação das testemunhas	645
11.18.4.	Procedimentos em relação à testemunha (momento para arrolar, desistência e substituição de testemunha).....	648
11.18.5.	Deveres da testemunha	650
11.18.6.	Número máximo de testemunhas.....	652
11.18.7.	Procedimento para a produção da prova testemunhal - Direct e cross examination - a nova forma de colheita da prova oral	652
11.18.8.	Capacidade de ser testemunha	654
11.19.	Reconhecimento de pessoas e coisas	656
11.19.1.	Noção, natureza jurídica e espécies	656
11.19.2.	Procedimento para o reconhecimento	657
11.19.3.	Reconhecimento coletivo ou em grupo	661
11.19.4.	Reconhecimento fotográfico.....	662
11.20.	Acareação	667
11.20.1.	Noção, natureza jurídica e momento.....	667
11.20.2.	Pressupostos da acareação.....	667
11.20.3.	Sujeitos da acareação	669

11.20.4.	Procedimento da acareação	669
11.20.5.	Valor probatório da acareação e obrigatoriedade.....	670
11.21.	Documentos	671
11.21.1.	Noção e classificação	671
11.21.2.	Produção da prova documental	673
11.21.3.	Limitação à produção da prova documental	674
11.21.4.	O juiz e a produção da prova documental	674
11.21.5.	Documentos estrangeiros e validade do documento particular.....	675
11.21.6.	Públicas formas e devolução dos documentos nos processos findos	676
11.22.	Indícios.....	676
11.22.1.	Generalidades e noção	676
11.22.2.	Indícios e presunções	677
11.22.3.	Valor probatório dos indícios.....	677
11.23.	As provas atípicas no sistema processual brasileiro: uso e generalidades do procedimento probatório.....	678
11.23.1.	Liberdade probatória, provas atípicas e seus limites	680
11.23.2.	Procedimento probatório modelo nas provas atípicas e seu valor	686
11.23.3.	Prova decorrente de gravação em vídeo	690
11.24.	Meios de obtenção de prova (meios de pesquisa)	698
11.24.1.	Busca e apreensão	699
11.24.1.1.	Generalidades e natureza jurídica....	699
11.24.1.2.	Objeto da busca	700
11.24.1.3.	Busca domiciliar	701
11.24.1.4.	Busca pessoal.....	707
11.24.1.5.	Busca em veículo e em celular	707
11.24.1.6.	Busca em escritório de advocacia e em prédio.....	712
11.24.1.7.	Serendipidade (encontro fortuito de provas, crime achado)	715

Capítulo 12. Dos atores processuais (os sujeitos do processo).....	718
12.1. Noções gerais	719
12.2. Juiz.....	720
12.2.1. Forma de seleção de magistrados.....	722
12.2.2. Funções desenvolvidas pelo juiz no Direito Processual Penal.....	724
12.2.3. O Código de Ética da Magistratura	724
12.2.4. Suspeição, Impedimento e incompatibilidades dos juizes.....	726
12.3. Ministério Público	733
12.3.1. Forma de seleção de promotores.....	734
12.3.2. Funções do Ministério Público.....	735
12.3.3. Impedimentos e incompatibilidades dos promotores	737
12.4. Autoridade Policial	738
12.5. Acusado	739
12.5.1. Autodefesa, Defesa Técnica e os direitos daí decorrentes	740
12.5.2. Revelia.....	740
12.6. Defesa técnica	740
12.6.1. Defensor Particular	741
12.6.2. Defensor Público.....	742
12.6.2.1. Forma de seleção de defensores....	742
12.6.2.2. Funções da Defensoria Pública.....	743
12.6.2.3. Impedimentos e incompatibilidades dos defensores públicos	744
12.7. Ofendido.....	745
12.7.1. Ofendido como assistente de acusação.....	745
Capítulo 13. Medidas cautelares pessoais	750
13.1. Teoria geral das medidas cautelares	752
13.1.1. Considerações gerais e espécies.....	752
13.1.2. Características das medidas cautelares.....	757

13.1.3.	Medidas cautelares pessoais – os princípios norteadores da Constituição Federal e do Pacto de São José da Costa Rica	762
13.1.3.1.	Princípio da Presunção de Inocência	762
13.1.3.2.	Princípio da Duração Razoável do Processo	764
13.1.4.	Critérios gerais e procedimento modelo para aplicação das medidas cautelares pessoais segundo o CPP	767
13.1.4.1.	Necessidade, adequação, proporcionalidade e o critério de subsidiariedade da prisão preventiva – Art. 282, I e II e § 6º	768
13.1.4.2.	Cumulatividade	771
13.1.4.3.	Atuação do juiz e sistema acusatório	772
12.1.4.4.	Contraditório prévio	773
13.1.4.5.	Consequências do descumprimento das medidas cautelares pessoais	774
13.2.	Prisão	775
13.2.1.	Considerações gerais	775
13.2.2.	Classificações (prisão processual, cautelar, provisória e medida pré-cautelares)	776
13.2.3.	Princípios constitucionais e convencionais sobre a prisão cautelar	778
13.2.4.	Imunidades Prisionais	793
13.2.5.	Tempo e local da prisão: o período em que pode ser feita a prisão e o local em que poderá ser efetuada	800
13.2.6.	Mandado de prisão arts. 285 a 289-A red notíca (difusão vermelha)	802
13.2.6.1.	Prisão, perseguição e a proteção ao domicílio de terceiros	805
13.2.7.	Prisão Especial e Prisão em Sala do Estado Maior	807

13.3.	Prisão em flagrante	809
13.3.1.	Noção, natureza jurídica e fases do flagrante	809
13.3.2.	Sujeitos ativo e passivo do flagrante.....	811
13.3.3.	Modalidades de flagrante do Código de Processo Penal.....	811
13.3.4.	Modalidades de flagrante criados pela doutrina e jurisprudência – flagrante preparado, flagrante esperado e flagrante forjado	814
13.3.5.	Modalidades de flagrante previstos em leis especiais (Flagrante retardado, diferido, ou ação controlada e entrega vigiada)	816
13.3.6.	Formalidades do auto de prisão em flagrante ...	818
13.3.6.1.	Atuação do juiz ao receber o flagrante	822
13.3.7.	Flagrantes em algumas modalidades de crimes (permanente, habitual, ação penal privada, ação penal pública condicionada).....	824
13.4.	Prisão preventiva – prisão preventiva <i>strictu sensu</i>	826
13.4.1.	Considerações gerais	826
13.4.2.	Momento para a decretação da prisão preventiva	827
13.4.3.	Legitimidade para o requerimento e atuação do juiz.....	828
13.4.4.	Legitimidade para o decreto de prisão preventiva.....	829
13.4.5.	O cabimento da prisão preventiva – Classificação dos requisitos e as diversas posições.....	829
13.4.6.	Pressupostos positivos e negativos da prisão preventiva	832
13.4.7.	Hipóteses de cabimento da prisão preventiva ...	834
13.4.7.1.	Garantia da ordem pública	834
13.4.7.2.	Garantia da ordem econômica.....	838
13.4.7.3.	Conveniência da instrução criminal.....	840
13.4.8.	Condições de admissibilidade da prisão preventiva.....	841

13.4.9.	Os requisitos controversos na doutrina e na jurisprudência pós-reforma de 2011.....	844
13.4.10.	Relaxamento e revogação da prisão preventiva ..	846
13.4.11.	Prisão cautelar para a extradição	847
13.5.	Prisão temporária	849
13.5.1.	Cabimento da prisão temporária	850
13.5.2.	Momento da prisão temporária e motivação da decisão	855
13.5.3.	Prazo de duração da prisão temporária e prorrogação	856
13.5.4.	Conversão da prisão temporária em prisão preventiva	857
13.6.	Medida substitutiva da prisão preventiva – Prisão domiciliar	858
13.7.	Medidas diversas da prisão (medidas alternativas à prisão)	862
13.8.	Liberdade Provisória	873
13.8.1.	Considerações gerais	873
13.8.2.	Liberdade provisória: modalidades e limites.....	878
13.8.3.	Liberdade provisória obrigatória	879
13.8.4.	Liberdade provisória vedada	880
13.8.5.	Liberdade provisória possível.....	882
13.8.6.	Liberdade provisória possível – A liberdade provisória sem fiança	882
13.8.6.1.	Procedimento para a concessão da liberdade provisória sem fiança e cumulação com outras cautelares	885
13.8.7.	Liberdade provisória com fiança	886
13.8.7.1.	Comentários Gerais.....	886
13.8.7.2.	Fiança pelo delegado	887
13.8.7.3.	Arbitramento da fiança.....	887
13.8.7.4.	Procedimento da fiança	889
13.8.7.5.	Deveres decorrentes da fiança	889
13.8.7.6.	Perda, Quebra, Cassação e reforço da fiança.....	890

Capítulo 14. Teoria geral dos procedimentos e atos processuais	892
14.1. Premissas	894
14.2. Considerações gerais	894
14.3. Espécies de procedimentos e fluxograma do procedimento comum ordinário	898
14.4. Recebimento da denúncia	901
14.4.1. Quantidade de recebimentos da denúncia	902
14.4.2. Motivação no recebimento da denúncia.....	903
14.4.3. Emendatio libelli e recebimento da denúncia ...	905
14.4.4. Rejeição da denúncia - art. 395 do CPP	906
14.5. Citação	908
14.5.1. Considerações gerais e modalidades	908
14.5.2. Citação real	911
14.5.3. Citação ficta: citação por hora certa	914
14.5.4. Citação por edital	916
14.6. Resposta	922
14.7. Absolvção sumária - art. 397 do CPP - julgamento antecipado <i>pro reo</i>	924
14.8. Audiência de instrução, debates e julgamento - arts. 400 a 405 do CPP	928
14.9. Sentença.....	934
14.9.1. Considerações gerais: atos processuais em geral e classificação das sentenças	934
14.9.2. Requisitos da sentença	937
14.9.3. Sentença absolutória	940
14.9.4. Sentença condenatória	941
14.9.5. Correlação entre acusação e sentença - Emendatio e Mutatio libelli	943
14.9.5.1. <i>Emendatio</i> e <i>Mutatio libelli</i> - Crítica e questões controversas.....	947
14.9.6. Coisa julgada	949
14.9.6.1. Noções gerais - conceito e a coisa julgada parcial	949

14.9.6.2.	Coisa julgada formal e material – A relativização da sentença absoluta pela CIDH.....	952
14.9.6.3.	Limites objetivos e limites subjetivos da coisa julgada	953
14.9.6.4.	Questões específicas – concurso formal, crime habitual, crime continuado	956
14.9.7.	Sentença penal condenatória e os efeitos secundários.....	957
14.10.	Procedimento comum sumário	959
14.11.	Procedimento Comum Sumaríssimo – Juizado Especial Criminal (Jecrim) – Lei 9.099/1995	960
14.11.1.	Critérios orientadores e objetivos do Jecrim	961
14.11.2.	Competência do Jecrim	961
14.11.3.	Fluxograma do rito Jecrim	963
14.11.4.	Termo circunstanciado – art. 69.....	963
14.11.5.	Audiência preliminar.....	964
14.11.5.1.	Composição civil: arts. 72 e 74, parágrafo único.....	964
14.11.5.2.	Transação penal: art. 76	965
14.11.6.	Audiência de instrução, debates e julgamento... ..	967
14.11.7.	Sistema recursal e impugnações em geral no Juizado Especial Criminal.....	967
14.11.8.	Suspensão condicional do processo (sursis processual – art. 89 da Lei 9.099/1995).....	970
14.12.	Procedimentos Especiais – Crimes de Responsabilidade de Funcionário Público afiançáveis – arts. 513 a 518 do CPP	977
14.13.	Processo e julgamento dos crimes de calúnia e injúria de competência do juiz singular – arts. 519 a 523 do CPP	980
14.13.1.	Generalidades e pedido de explicações	980
14.13.2.	Procedimento e audiência de reconciliação	982
14.13.3.	Exceção da verdade e da notoriedade do fato... ..	984

14.14. Procedimento do Júri.....	988
14.14.1. Considerações gerais	988
14.14.2. Princípios constitucionais do Júri	988
14.14.3. Procedimento da primeira fase do Júri – Sumário da culpa – <i>iudicium accusationis</i> – Arts. 406 a 421 do CPP	992
14.14.4. Pronúncia – arts. 413, 420 e 421 do CPP	996
14.14.4.1. Requisitos e crimes conexos	996
14.14.4.2. Conteúdo, vinculação, <i>emendatio e mutatio libelli</i> e efeitos quanto à prescrição	1000
14.14.5. Impronúncia (despronúncia) – art. 414 do CPP ..	1006
14.14.6. Desclassificação – art. 419 do CPP	1007
14.14.7. Absolvição sumária – art. 415 do CPP	1009
14.14.8. Preparação da segunda fase do Júri.....	1010
14.14.9. Desaforamento – Arts. 427 e 428 do CPP	1011
14.14.9.1. Considerações gerais.....	1011
14.14.9.2. Hipóteses de cabimento do art. 427 e legitimidade	1013
14.14.9.3. Hipóteses de cabimento do art. 428 e legitimidade	1015
14.14.9.4. Aceleração de julgamento – art. 428, § 2º, do CPP	1017
14.14.10. Sessão Plenária de Julgamento – considerações gerais.....	1017
14.14.11. Instalação da sessão plenária.....	1018
14.14.11.1. Jurados	1018
14.14.11.2. Ausência do Ministério Público.....	1019
14.14.11.3. Ausência do assistente de acusação	1020
14.14.11.4. Ausência do advogado de defesa ou do defensor.....	1020
14.14.11.5. Ausência do acusado.....	1020
14.14.11.6. Ausência das testemunhas.....	1021

14.14.12.	Sorteio do Conselho de Sentença e Juramento – arts. 462 a 472 do CPP	1022
14.14.13.	Instrução e interrogatório em plenário – arts. 473 a 475 do CPP	1025
14.14.14.	Debates e encerramento – arts. 476 a 481 do CPP	1028
14.14.14.1.	Conteúdo dos debates, vedações e encerramento	1029
14.14.15.	Sala especial e quesitos	1035
14.14.16.	Sentença do Juiz Presidente – arts. 492 e 493 do CPP	1045
Capítulo 15.	Nulidades	1048
15.1.	Considerações gerais e natureza jurídica	1049
15.2.	Classificações das nulidades.....	1051
15.2.1.	A tríade tradicional – Inexistência, nulidade e irregularidade	1052
15.2.2.	Nulidade absoluta e nulidade relativa, sanáveis e insanáveis e cominadas e não cominadas	1056
15.3.	Princípios em sede de nulidades	1060
15.3.1.	Princípio da tipicidade das formas.....	1060
15.3.2.	Princípio da eficácia dos atos processuais.....	1069
15.3.3.	Princípio da restrição processual à decretação das nulidades.....	1069
15.3.4.	Princípio da instrumentalidade das formas e princípio do prejuízo	1070
15.3.5.	Princípio da causalidade ou da consequencialidade	1072
15.3.6.	Princípio da conservação dos atos processuais	1072
15.3.7.	Princípio do interesse	1073
15.4.	Formas de saneamento das nulidades	1074
15.5.	Nulidades cominadas no Código de Processo Penal	1075
15.5.1.	Art. 564, inc. I – por incompetência, suspeição ou suborno do juiz.....	1075
15.5.2.	Art. 564, inc. II – por ilegitimidade de parte.....	1076

15.5.3.	Art. 564, inc. III – por falta das fórmulas ou dos termos seguintes	1077
15.5.4.	Art. 564, inc. IV – por omissão de formalidade que constitua elemento essencial do ato	1085
15.6.	Momento para a arguição das nulidades e nulidades sanáveis	1086
Capítulo 16. Recursos e ações autônomas impugnativas.....		1088
16.1.	Noções gerais, natureza jurídica e o tema da execução provisória.....	1091
16.2.	Classificação dos recursos.....	1098
16.3.	Princípios em matéria recursal.....	1099
16.3.1.	Princípio do duplo grau de jurisdição	1099
16.3.2.	Princípio da voluntariedade	1104
16.3.2.1.	Voluntariedade e reexame necessário (recurso de ofício)	1105
16.3.3.	Princípio da disponibilidade dos recursos	1108
16.3.4.	Princípio da fungibilidade, do recurso indiferente, da permutabilidade dos recursos ou da conversibilidade dos recursos	1109
16.3.5.	Princípio da unirão recorribilidade, da singularidade ou da unicidade.....	1112
16.3.6.	Princípio da irirão recorribilidade das interlocutórias ou da irirão recorribilidade em separado das interlocutórias	1113
16.3.7.	Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	1113
16.3.8.	Princípio da taxatividade.....	1119
16.3.9.	Princípio da personalidade dos recursos versus princípio do benefício comum.....	1120
16.3.10.	Princípio da dialeticidade	1121
16.4.	Pressupostos ou requisitos de admissibilidade recursal – O juízo de admissibilidade (juízo de prelibação) e o juízo de mérito (juízo de libação)	1123
16.4.1.	Noção	1123
16.4.2.	Condições recursais	1124

16.4.2.1.	Cabimento – Possibilidade jurídica do pedido	1124
16.4.2.2.	Legitimidade recursal	1125
16.4.2.3.	Interesse recursal	1126
16.4.3.	Pressupostos recursais	1129
16.4.3.1.	Investidura	1129
16.4.3.2.	Capacidade de quem formula o recurso	1129
16.4.3.3.	Regularidade formal do recurso e tempestividade	1130
16.4.3.4.	Inexistência de fatos impeditivos ou extintivos do direito de recorrer	1134
16.5.	Efeitos dos recursos	1137
16.5.1.	Efeito obstativo	1137
16.5.2.	Efeito devolutivo	1137
16.5.3.	Efeito suspensivo	1139
16.5.4.	Efeito regressivo, iterativo ou diferido	1140
16.5.5.	Efeito extensivo	1141
16.5.6.	Efeito substitutivo	1142
16.5.7.	Efeito translativo	1142
16.6.	Recurso em sentido estrito	1145
16.6.1.	Generalidades	1145
16.6.2.	Cabimento	1148
16.6.2.1.	Decisão que não receber a denúncia ou queixa	1148
16.6.2.2.	Decisão que reconhece a incompetência de juízo	1150
16.6.2.3.	Decisão que julgar procedentes as exceções, salvo a de suspeição	1151
16.6.2.4.	Decisão que pronunciar o acusado ..	1152
16.6.2.5.	Decisão que conceder, negar, arbitrar, cassar ou julgar inidônea a fiança, indeferir requerimento de prisão preventiva ou revogá-la, conceder liberdade provisória ou relaxar a prisão em flagrante	1153

16.6.2.6.	Decisão que julgar quebrada a fiança ou perdido seu valor.....	1153
16.6.2.7.	Decisão que decretar ou não a extinção da punibilidade	1154
16.6.2.8.	Sentença que conceder ou negar a ordem de <i>habeas corpus</i>	1155
16.6.2.9.	Decisão que anular o processo da instrução criminal, no todo ou em parte	1155
16.6.2.10.	Decisão que incluir jurado na lista geral ou desta o excluir.....	1155
16.6.2.11.	Decisão que denegar a apelação ou a julgar deserta	1156
16.6.2.12.	Decisão que ordenar a suspensão do processo, em virtude de questão prejudicial.....	1156
16.6.2.13.	Decisão sobre o incidente de falsidade	1157
16.6.3.	Legitimidade do recurso em sentido estrito	1157
16.6.4.	Competência recursal.....	1158
16.6.5.	Regularidade formal e procedimento	1158
16.6.6.	Efeitos	1159
16.6.7.	Aspectos do interesse de agir	1160
16.6.8.	Procedimento	1160
16.7.	Apelação.....	1161
16.7.1.	Considerações gerais	1161
16.7.2.	Cabimento.....	1162
16.7.2.1.	Sentença definitiva de condenação ou absolvição proferida por juiz singular – art. 593, I	1162
16.7.2.2.	Decisões definitivas, ou com forças de definitivas, proferidas por juiz singular, nos casos em que não houver previsão legal de cabimento do recurso em sentido estrito – art. 593, II.....	1163
16.7.2.3.	Decisões do tribunal do júri – art. 593, III, do CPP.....	1164

16.7.3.	Legitimidade.....	1169
16.7.3.1.	Ministério Público.....	1170
16.7.3.2.	Acusado.....	1170
16.7.3.3.	Defensor.....	1170
16.7.3.4.	Ofendido e terceiros.....	1170
16.7.4.	Competência recursal.....	1171
16.7.5.	Regularidade formal e procedimento.....	1171
16.7.6.	Fato impeditivo e extintivo: não recolhimento do réu à prisão, renúncia, desistência e deserção.....	1172
16.7.7.	Efeitos.....	1172
16.7.8.	Prazo.....	1173
16.7.9.	Lei 9.099/1995 (Cabimento, competência, prazos, regularidade formal).....	1174
16.8.	Embargos infringentes ou de nulidade.....	1174
16.8.1.	Considerações gerais.....	1174
16.8.2.	Legitimidade.....	1175
16.8.3.	Cabimento.....	1175
16.8.4.	Competência recursal.....	1177
16.8.5.	Regularidade formal.....	1177
16.8.6.	Efeitos.....	1177
16.8.7.	Procedimento.....	1178
16.8.8.	Prazo, interposição e os recursos extraordinários.....	1178
16.9.	Embargos de declaração.....	1180
16.9.1.	Considerações gerais.....	1180
16.9.2.	Cabimento.....	1181
16.9.3.	Natureza Jurídica.....	1182
16.9.4.	Competência recursal.....	1182
16.9.5.	Legitimidade.....	1183
16.9.6.	Regularidade formal.....	1183
16.9.7.	Prazo.....	1183
16.9.8.	Efeitos.....	1185
16.9.9.	Embargos na Lei 9.099/1995.....	1185

16.9.10.	Procedimento	1186
16.9.11.	Suspensão ou interrupção do prazo para outros recursos	1186
16.10.	Carta Testemunhável	1187
16.10.1.	Considerações gerais	1187
16.10.2.	Natureza Jurídica	1187
16.10.3.	Cabimento	1187
16.10.4.	Competência recursal	1188
16.10.5.	Regularidade formal	1188
16.10.6.	Efeitos	1188
16.10.7.	Prazo recursal	1188
16.10.8.	Procedimento	1189
16.11.	Agravo em execução	1189
16.11.1.	Introdução	1189
16.11.2.	Cabimento	1189
16.11.3.	Legitimidade e Interesse	1190
16.11.4.	Competência recursal	1191
16.11.5.	Regularidade formal	1191
16.11.6.	Efeitos	1191
16.11.7.	Procedimento no juízo a quo	1192
16.12.	Agravo contra decisão denegatória de recurso extraordinário ou especial	1192
16.12.1.	Cabimento	1192
16.13.	Recurso Ordinário Constitucional	1193
16.13.1.	Cabimento	1193
16.13.1.1.	ROC para o STF	1193
16.13.1.2.	Limites da Matéria e cabimento	1194
16.13.2.	Recurso Ordinário Constitucional para o STJ	1194
16.13.3.	Procedimento	1195
16.13.3.1.	Decisão denegatória de <i>habeas corpus</i>	1195
16.13.3.2.	Mandado de Segurança	1196

16.14. Recurso extraordinário e recurso especial.....	1196
16.14.1. Considerações gerais.....	1196
16.14.2. Cabimento.....	1202
16.14.2.1. Cabimento do recurso extraordinário – Generalidades.....	1202
16.14.2.2. Cabimento do recurso extraordinário – art. 102, III, <i>a</i> – contrariedade à CF.....	1203
16.14.2.3. Cabimento do recurso extraordinário – art. 102, III, <i>b</i> – declaração de inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.....	1203
16.14.2.4. Cabimento do recurso extraordinário – art. 102, III, <i>c</i> – julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição.....	1205
16.14.2.5. Cabimento do recurso extraordinário – art. 102, III, <i>d</i> – julgar válida lei local contestada em face de lei federal.....	1205
16.14.2.5.1. Cabimento de recurso extraordinário contra acórdão do STJ.....	1206
16.14.3. Cabimento do recurso especial – generalidades.....	1206
16.14.3.1. Cabimento do recurso especial – art. 105, III, <i>a</i> – contrariedade a tratado ou lei federal ou negar-lhes vigência.....	1207
16.14.3.2. Cabimento do Recurso Especial – art. 105, III, <i>b</i> – julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal.....	1208
16.14.3.3. Cabimento do recurso especial – art. 105, III, <i>c</i> – der à lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.....	1208
16.14.4. Recurso extraordinário e especial – legitimidade.....	1210

16.14.5.	Recurso extraordinário e especial – interesse recursal.....	1211
16.14.6.	Recurso extraordinário e especial – processamento.....	1211
16.14.7.	Recurso extraordinário e especial – efeitos	1213
16.15.	Ações autônomas impugnativas.....	1215
16.15.1.	<i>Habeas corpus</i>	1215
16.15.1.1.	Considerações gerais.....	1215
16.15.1.2.	Natureza Jurídica e eficácia da decisão	1222
16.15.1.3.	Interesse de agir.....	1223
16.15.1.4.	Possibilidade jurídica do pedido	1226
16.15.1.5.	Legitimidade	1227
16.15.1.5.1.	Legitimidade ativa e intervenção do querelante e do MP	1227
16.15.1.5.2.	Legitimidade passiva – O legitimado passivo é a própria autoridade coatora, aquele responsável pela coação ilegal ao paciente.....	1230
16.15.1.6.	Espécies de <i>habeas corpus</i>	1231
16.15.1.6.1.	Liberatório	1231
16.15.1.6.2.	Preventivo.....	1232
16.15.1.6.3.	Profilático ou Preservativo (Trancativo).....	1232
16.15.1.6.4.	Individual e Coletivo	1233
16.15.1.7.	Hipóteses de impetração.....	1234
16.15.1.8.	Competência para julgamento	1236
16.15.1.9.	Procedimento.....	1238
16.15.1.10.	Recursos das decisões de <i>Habeas corpus</i>	1239
16.15.2.	Revisão Criminal.....	1241
16.15.2.1.	Conceito.....	1241
16.15.2.2.	Natureza Jurídica.....	1242

16.15.2.3.	Condições da ação.....	1242
16.15.2.3.1.	Legitimidade.....	1242
16.15.2.3.2.	Interesse de agir.....	1243
16.15.2.3.3.	Possibilidade jurídica do pedido.....	1243
16.15.2.4.	Hipóteses de cabimento.....	1244
16.15.2.5.	Teses e pedidos na revisão criminal	1246
16.15.2.6.	Procedimento.....	1246
16.15.2.7.	Ônus da prova.....	1249
16.15.2.8.	Coisa julgada.....	1249

**Capítulo 17. Flexibilização do processo penal - bases para uma
teoria e critérios de efetivação..... 1252**

17.1.	O mundo flexibilizado.....	1253
17.1.1.	Globalização e flexibilização.....	1254
17.1.2.	Soberania.....	1257
17.1.2.1.	Soberania e flexibilização: a mu- dança de paradigmas.....	1258
17.1.3.	Tecnologia e flexibilização.....	1261
17.1.4.	O processo no mundo pautado pela flexibiliza- ção.....	1264
17.2.	Flexibilização.....	1271
17.2.1.	O sentido léxico do termo flexibilização.....	1271
17.2.2.	A noção de flexibilização no processo.....	1272
17.2.3.	Os sistemas rígidos e os sistemas flexíveis no Di- reito processual penal.....	1275
17.2.4.	O caminhar do processo penal brasileiro para a flexibilização.....	1277
17.2.5.	Flexibilização em sentido amplo e em sentido estrito: regra de exceção, interpretação extensi- va e equidade.....	1279
17.2.6.	Planos de flexibilização.....	1281
17.2.7.	Os parâmetros para a flexibilização em sentido estrito.....	1282
17.2.7.1.	Flexibilização e legalidade.....	1283

17.2.7.2.	Flexibilização e proporcionalidade ...	1284
17.2.7.2.1.	O princípio da proporcionalidade como parâmetro da flexibilização nos <i>hard cases</i>	1288
17.2.7.3.	Flexibilização e razoabilidade.....	1289
17.2.8.	A operação de flexibilização.....	1292
17.2.8.1.	A flexibilização e as partes.....	1296
17.3.	Direitos humanos, devido processo legal e flexibilização ...	1299
17.3.1.	Considerações iniciais.....	1301
17.3.2.	Caraterísticas dos direitos fundamentais	1302
17.3.3.	Respeito aos direitos humanos e flexibilização ...	1304
17.3.4.	Os direitos humanos e as Convenções	1305
17.3.5.	Direito Internacional dos Direitos Humanos e flexibilização	1306
17.3.5.1.	Devido processo legal na visão da Corte Interamericana de Direitos Humanos	1310
17.3.6.	Direitos humanos, devido processo legal, flexibilização e a macrocriminalidade.....	1313
Capítulo 18. Bibliografia.....		1316
Capítulo 19. Anexo - PL 4.850/2016		1326